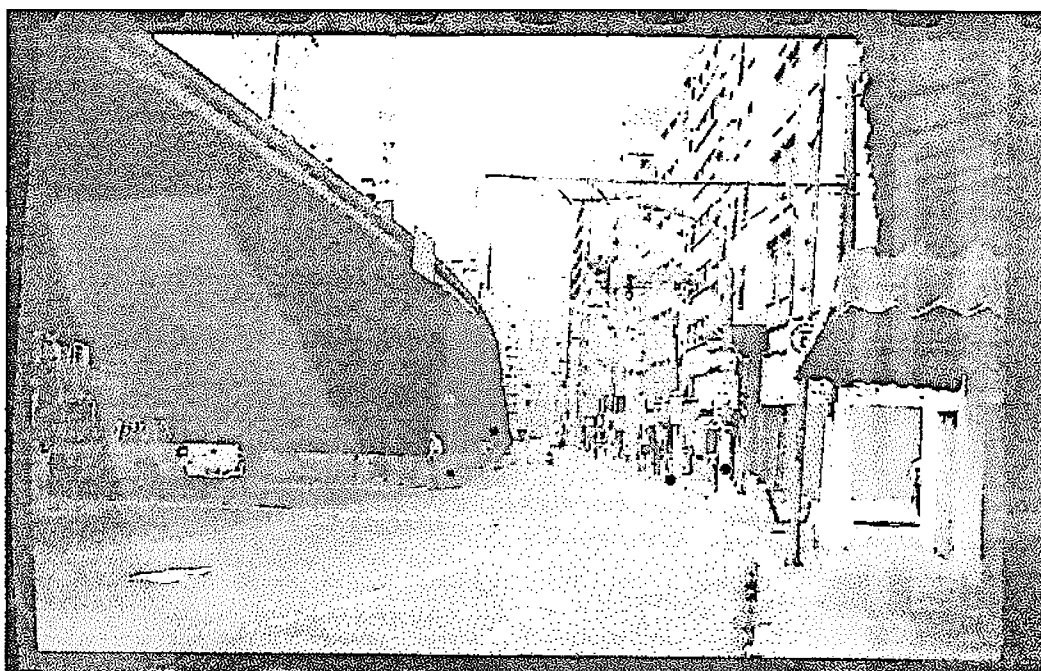


MODERNIDADE, CIDADE E AMBIVALÊNCIA

*Henrique Lopes Dornelas**

(Mestrando em Ciências Jurídicas e Sociais - PPGSD/UFF)



RESUMO:

O espírito da Modernidade – estreitamente ligado ao conceito de progresso – está calcado no estabelecimento da ordem em detrimento do caos, sendo erigida uma ordem artificial na qual a tarefa seria a de excluir tudo que seja ambíguo. Nessa perspectiva, o presente texto vem tentar discutir as relações entre Modernidade – enquanto produção da ordem –, ambivalência – enquanto refugio da prática moderna – e a cidade – enquanto palco onde irão se desenvolver tais contradições.

ABSTRACT:

The spirit of the Modernity - narrowly linked to the concept of progress - it is stepped on in the establishment of the order to the detriment of the chaos, being erected an artificial order in the which the task would be the one of excluding everything to be ambiguous. In that perspective, the present text comes to try to discuss the relationships among Modernity - while production of the order -, ambivalence - while reject of the modern practice - and the city - while stage where will grow such contradictions

Trastevere¹

*a cidade é moderna
dizia o cego a seu filho
os olhos cheios de terra
o bande fora dos trilhos
a aventura começa
no coração dos navios
pensava o filho calado
pensava o filho ouvindo
que a cidade é moderna
pensava o filho sorrindo
e era surdo era mudo
mas que falava e ouvia*

*a cidade é moderna
dizia o cego a seu filho*

(Milton Nascimento
e Ronaldo Bastos)

1. Introdução

A cidade é o local onde ocorre a individuação do homem e a formação de sua personalidade e de seu caráter, na interação com

os outros homens, no travamento diuturno das relações intersubjetivas. É o espaço de confronto com o outro, com o ambivalente, com o desconhecido, onde trabalhamos, circulamos, vivemos.

Dentro de uma mesma cidade existem várias cidades, a cidade é o palco dos conflitos sociais, da luta de classes, dos antagonismos e das diferenças. Mas também é o espaço dinâmico dos encontros, da união, do espaço da coletividade e do público.

Segundo SFENNETT², muitas cidades são mal administradas, atormentadas pelo crime, sujas e deterioradas. No entanto, muita gente acha vantagem em viver nelas, mesmo nas mais terríveis. Por que? Isto porque as cidades têm a capacidade de nos tornar seres humanos mais complexos, ou seja, uma cidade é um lugar em que as pessoas podem aprender a viver com desconhecidos, compartilhar experiências e interesses não circunscritos ao do círculo familiar. A uniformidade embrutece enquanto a diversidade estimula o espírito.

A cidade oferece também aos seus moradores a possibilidade de desenvolver uma consciência mais complexa e mais rica, ou seja, as pessoas podem ser um ou outro, ou tudo ao mesmo tempo, não sendo as mesmas submetidas a um esquema de identidade imutável. Desta forma, as pessoas podem desenvolver imagens múltiplas de suas identidades, na medida do que o que são varia de acordo com as pessoas com quem convivem³.

As melhores cidades são aquelas que conseguem reunir diferentes atividades num mesmo espaço, ou seja, deve reunir família, trabalho, espaços públicos cerimoniais e outros espaços sociais menos formais, sendo necessário estar presente o espaço coletivo dentro das cidades, para que ocorra a socialização das pessoas e a criação de laços de solidariedade dentro do espaço urbano, revitalizando e fornecendo segurança ao mesmo⁴.

A cidade vem passando ao longo do tempo por diversas transformações e contradições, isso de acordo com o momento histórico, o pensamento e conceitos dominantes em determinado período, ensejando as mudanças, e que acaba nomeando-a também, como ocorreu com a cidade iluminista, a cidade moderna (com o discurso da ordem, do planejamento), e a cidade da pós-modernidade.

Nessa perspectiva, o presente trabalho vem tentar discutir as relações entre a Modernidade no que diz respeito à produção da ordem, a ambivalência, como refugio da modernidade e re-

sultado da prática moderna e a cidade, como palco onde irá desenvolver-se as contradições entre a ordem e a ambivalência, entre o natural e o artificial, o humano e suas contradições.

2. A Modernidade e seu Projeto

O que é a Modernidade? Qual o projeto e seu projeto? Anthony GIDDENS a conceitua como um estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência⁵.

Segundo FRIDMAN⁶, temos que a Modernidade e o significado do próprio termo

é uma designação abrangente para uma série de mudanças materiais, sociais, intelectuais e políticas que tiveram o seu ponto de partida no final do século XVII, na Europa, com a emergência e a difusão do Iluminismo e que acabaram por se misturar com a Revolução Industrial e com as transformações trazidas pelo capitalismo. A idéia de progresso, fundada na ciência e na razão, embalou as aspirações humanas daí provenientes e alimentou de modo duradouro a ideologia de uma dinâmica social calcada na inovação permanente e em uma "obsessiva marcha adiante", reportando-se ao destaque feito por Zygmunt Bauman.

Segundo LOWY⁷ o conceito de modernidade estaria estreitamente ligado ao conceito de progresso, isto é, à valorização positiva da novidade, sendo que desde o século XVIII, o progresso por excelência é aquele que se manifesta na novidade industrial, técnica e científica, assim como nas transformações sociais, políticas e culturais correspondentes: urbanização, racionalização, democratização, secularização, etc.

De acordo com o autor, partindo de Marx e de Max Weber, nas quais se inspira freqüentemente a Escola de Frankfurt⁸, temos que:

a modernidade seria a civilização capitalista-industrial baseada na economia de mercado, no valor de troca, na propriedade privada, na reificação, na racionalidade instrumental, na quantificação, na legitimidade burocrática, no espírito de cálculo racional e no desencantamento do mundo.

De acordo com HARVEY⁹, o projeto de modernidade entrou em foco no século XVIII, sendo que esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas,

para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas. A idéia era usar o acúmulo de

conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade de escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.

De acordo com ROUANET¹⁰, o projeto civilizatório da modernidade tem como ingredientes principais o conceito de *universalidade, individualidade e autonomia*. Esclarece o autor que a *universalidade*, significa que este projeto visa a todos os seres humanos, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A *individualidade* significa que esses seres humanos são considerados como pessoas concretas e não integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo à sua crescente individualização. E, por fim, a *autonomia* significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material.

Mas, com o advento do século XX, com seus campos de concentração, esquadrões da morte, seu militarismo e duas guerras mundiais, sua ameaça de aniquilação nuclear e sua experiência de Hiroshima e Nagasaki, deitou por terra o otimismo do Modernismo, e pior ainda, suspeitava-se que o projeto do iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana¹¹.

De acordo com Max WEBER, citado por HARVEY¹², a esperança e a expectativa dos pensadores iluministas era uma amarga e irônica ilusão. Eles mantinham um forte vínculo necessário entre o desenvolvimento da ciência, da racionalidade e da liberdade humana universal. Mas, quando desmascarado e compreendido, o legado do Iluminismo foi o triunfo da racionalidade... proposital-instrumental. Essa forma de racionalidade afeta e infecta todos os planos da vida social e cultural, abrangendo as estruturas econômicas, o direito, a administração-burocrática e até as artes. O desenvolvimento da (racionalidade proposital-instrumental) não leva à realização concreta da liberdade universal, mas à criação de uma jaula de ferro da racionalidade

burocrática da qual não há como escapar.

3. A Pós-Modernidade

O conceito de Pós-Modernidade é usado como sinônimo de pós-modernismo, sociedade pós-industrial, entre outros. Segundo Anthony GIDDENS pós-modernismo significa a reflexão estética sobre a natureza da modernidade¹³.

Nesse sentido, GIDDENS¹⁴ tem a pós-modernidade como uma série de transições imanentes afastadas dos diversos feixes institucionais da modernidade, sendo a mesma a radicalização da modernidade e de seu projeto, sendo seus traços mais conspícuos a dissolução do evolucionismo, o desaparecimento da teleologia histórica, o reconhecimento da reflexividade meticulosa, constitutiva, junto também com a evaporação da posição privilegiada do Ocidente.

A pós-modernidade¹⁵ marca o início da descrença no progresso, da técnica e da ciência como mecanismo de libertação do homem, e, de certa forma, da confirmação de que a práxis racional instrumental estava sendo usada para a alienação e dominação do homem na sociedade, através do aparato técnico-burocrático e da construção de uma sociedade tecnocrata.

Segundo ROUANET¹⁶ assistimos a uma contestação teórica e prática de cada elemento do projeto iluminista de civilização, eis que:

- a) No plano teórico, a partir de uma matriz nietzchiano-heideggeriana, a ciência é vista como ideologia (Habermas) e como agente de um processo de dominação sobre a natureza e os homens (Adorno e Horkheimer). A razão, em geral, é uma simples antena na superfície do poder e uma indutora da docilidade social (Foucault). O irracionalismo se difunde nas atitudes e comportamentos sociais. Banidos pela Ilustração, o mito e a superstição voltam triunfalmente.
- b) O pensamento contemporâneo declara guerra ao sujeito (Heidegger, Lacan, Foucault), o que se traduz por uma guerra ao indivíduo, na esfera dos comportamentos sociais. O indivíduo é solapado tanto pelo conformismo inerente à moderna sociedade de massas como pelas tentativas de reagir à massificação. Cada vez mais o mundo tenta mergulhar no coletivo.
- c) A filosofia pós-moderna dissolve o universalismo iluminista em pluralismos

linguajeiros (Lyotard) e seus ideais pacifistas são desmascarados como manifestações de niilismo (Nietzsche, via Deleuze). Desaparece a idéia de natureza humana comum, de destinatários comuns e de políticas destinadas a abolir os obstáculos à livre comunicação entre os homens. Voltam o racismo, o nacionalismo, o regionalismo, o tribadismo. A guerra aparece em toda parte como uma alternativa à integração supranacional.

De acordo com SOARES¹⁷, se o século XIX foi o século da esperança, da crença extremada e emotiva na possibilidade, na inevitabilidade do progresso social, o fruto maduro de forças históricas cujo motor e direção apontavam para um futuro sempre melhor, o mesmo não se pode dizer do século que a este se seguiu (...).

Segundo SOARES¹⁸, o século XX tem sido, até aqui, um século de inquietude e desilusão, de uma amplificação crescente do "mal-estar na civilização". É o século da dúvida tomada como método existencial, da confrontação e das convulsões que recendem cada vez mais a apocalipse. O século XX faz-nos ver e sentir que vivemos num momento crucial da história da humanidade. Ao mesmo tempo em que experimentamos o sentimento de que "tudo é possível" – em função de um desenvolvimento técnico acelerado –, temos a sensação de que usufruímos sempre pouco de tudo. Há neste século uma sensação incômoda de que há um descompasso cada vez maior entre a vida imaginada e a vida real.

4. Quadro Comparativo entre as Diferenças Esquemáticas entre Modernidade e Pós-Modernidade

Modernismo	Pós-modernismo
Romantismo/simbolismo	Parafísica/Dadaísmo
Forma (conjuntiva/fechada)	Antiforma (disjuntiva, aberta)
Propósito	Jogo
Projeto	Acaso
Hierarquia	Anarquia
Domínio/logos	Exaustão/silêncio
Objeto de arte/obra acabada	Processo/performance/ <i>happening</i>
Distância	Participação
Criação/totalização/ síntese	Descrição/desconstrução/ antítese
Presença	Ausência
Centração	Dispersão
Gênero/fronreira	Texto/intertexto
Semântica	Retórica
Paradigma	Sintagma
Hipotaxe	Parataxe
Metáfora	Metonímia
Seleção	Combinação
Raiz/profundidade	Rizoma/superfície
Interpretação/leitura	Contra a interpretação/desleitura

Significado	Significante
Lisível (legível)	Scriptível (escrevível)
Narrativa/grande histoire	Antinarrativa/petite histoire
Código mestre	Idioleto
Sintoma	Desejo
Tipo	Mutante
Genital/fálico	Polimorfo/andrógino
Paranóia	Esquizofrenia
Origem/causa	Diferença-diferença/vestigio
Deus pai	Espírito Santo
Metafísica	Ironia
Determinação	Indeterminação
Transcendência	Imanência

Fonte: Hassan (1985, 123-4), apud: HARVEY, David, 1992. p. 48.

5. A Questão da Ambivalência

O espírito da modernidade está calcado no estabelecimento da ordem em detrimento do caos, sendo erigida uma ordem artificial no qual a tarefa seria a de excluir tudo que seja ambíguo, tudo que fica em cima do muro, no meio.

Segundo BAUMAN¹⁹, no reino político, expurgar a ambivalência significa segregar ou deportar os estranhos, sancionar alguns poderes locais e colocar fora da lei aqueles não sancionados, preenchendo desta forma as "brechas da lei". Já no campo intelectual, expurgar a ambivalência significa antes de tudo deslegitimar todos os campos do conhecimento filosoficamente incontrolados ou incontroláveis. Significa antes de tudo execrar e invalidar o senso comum e tudo que fosse contrário a supremacia da razão e da sua prática niveladora.

Sendo descobertas as desordens, cabiam aos governantes instaurarem o reino da ordem, expurgar o ambíguo, o incômodo. Essa tarefa esteve a cabo do Estado Jardineiro, que pode ser definido como uma metáfora, em que

aquele que deixa as plantas no jardim abandonadas logo verá com surpresa que o jardim está tomado de ervas daninhas e que mesmo a característica básica das plantas mudou. Se, portanto, o jardim deve continuar sendo o terreno de cultivo das plantas, se, em outras palavras, deve se elevar acima do reinado agreste das forças naturais, então a vontade conformadora de um jardineiro é necessária, de um jardineiro que, criando condições adequadas para o cultivo ou mantendo afastadas as influências perigosas, ou ambas as coisas, cuidadosamente cultiva o que precisa ser cultivado e impiedosamente elimina as ervas daninhas que privariam as melhores plantas de nutrição, ar, luz e sol... Estamos portanto percebendo que questões de cultivo não são triviais para o pensamento político, que devem estar ao contrário no centro de todas as considerações... Devemos mesmo afirmar que um povo só pode alcançar o equilíbrio espiritual e moral se um bem conhecido plano de cultivo ocupa o centro

mesmo de sua cultura²⁰.

Nesse ínterim, o ideal racionalista ao extremo e a aplicação de forma desmedida da razão levou a prática da engenharia social, onde os estranhos, os incongruentes, os não aptos, os não puros, os ambivalentes, ou seja, “*as ervas daninhas*” deveriam ser eliminadas e extirpadas, situação esta, que levou a sociedade alemã ao genocídio da população judia, baseadas nas idéias sociobiológicas e doutrinas eugênicas, que não tinham nada a ver com os judeus e que floresceram amplamente na Alemanha muito antes do Terceiro Reich.

6. A Cidade Iluminista: Suas Características

O Iluminismo é entendido geralmente, como o movimento de idéias que se cristalizou, no século XVIII em torno das idéias dos filósofos iluministas e enciclopedistas, como Voltaire, Diderot, Rousseau, D’Alembert, que organizaram a Encyclopédie, tentando sistematizar naquela época, todo o conhecimento existente, tendo como base a razão, a idéia do progresso do homem através do uso racional da razão, no seu esclarecimento²¹, da autonomia do homem frente a natureza, de sua universalidade, numa perspectiva de igualdade, e do individualismo.

A idéia iluminista está centrada nos seguintes pressupostos²²: a) todos os homens e mulheres, de todas as nações, culturas, raças e etnias, desprendendo-se da matriz coletiva e passando por processos crescentes de individualização, devem alcançar a autonomia intelectual, ou seja, o direito e a capacidade plena de usar a sua razão; b) autonomia política, ou seja, o direito e a capacidade plena de participar dos processos decisórios do Estado, este embasado na democracia e direitos humanos; e na, c) autonomia econômica, ou seja, o direito de obter sem prejuízo para os outros e o meio ambiente, os bens e serviços necessários ao próprio bem-estar, dentro dos limites de uma justiça econômica e social e da preservação da natureza.

Para entender a cidade iluminista, temos que partir do conceito de cidade trazido pela Encyclopédie, no qual o verbete cidade aparece em três contextos diferentes: do ponto de vista urbanístico e arquitetônico, do ponto de vista histórico, e, do ponto de vista jurídico²³. Quanto ao aspecto jurídico, o texto limita-se a uma enumeração dos tipos de cidades de acordo com o direito público, ou seja, cidades imperiais, episcopais, hanseáticas, etc.

Do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, temos que “a cidade é um conjunto de várias casas dispostas ao longo de ruas e fachadas por uma clausura comum, que consta em geral de muros e fossos”, sendo que para defini-la mais exatamente, “é um recinto fechado por muralhas, que encerra vários quarteirões de ruas, praças públicas e outros edifícios”.

Grande preocupação é com a beleza da cidade, trazendo as características para que a cidade seja considerada bela, numa perspectiva dogmática. Os preceitos com relação à utilidade e comodidade são fundamentais na cidade iluminista, pois a cidade deve ser útil e cômoda a seus habitantes, ou seja, à comunidade pública. Destaque também deve ser dado em relação à questão da historicidade da cidade, seu fundamento, suas origens.

O verbete cidade na Encyclopédie traz uma série de polaridades²⁴, que são os alicerces da cidade ilustrada, sendo que os mesmos não aparecem sob a forma de teses e sim de relações polares, delimitando os conceitos e reflexões, se não vejamos:

a) Primeira polaridade: abertura e clausura - a cidade iluminista será socialmente aberta, porosa ao exterior, hospitaleira ao outro, sendo capaz de absorver a diferença, mas existe uma fronteira, a que existe entre a vida urbana e a natureza, sendo esta fronteira muito importante, para que o mundo urbano não avance sobre a natureza, destruindo-a.

b) Segunda polaridade: relação individual e coletivo - a cidade iluminista será atenta ao interesse coletivo, possibilitando um espaço urbano de socialização, e ao mesmo tempo será um espaço que privilegie também a individualidade, a individuação do homem, de proteger o indivíduo do coletivo.

c) Terceira polaridade: relação entre estético e utilitário - a cidade iluminista será funcional, no sentido de estar a serviço das necessidades qualitativas do homem, e será bela porque a beleza faz parte destas necessidades qualitativas, a cidade deve ser bela e funcional, equilibrando a *voluptas* e a *commoditas*.

d) Quarta polaridade: relação entre novo e antigo - a cidade iluminista permitirá o advento do novo, de novas formas, com novos materiais, estruturas, estilos, porque a cidade sem renovação se museifica, sabendo, entretanto preservar o antigo, a história da cidade, as marcas do tempo,

dos moradores que já se foram.

De acordo com ROUANET²⁵, no Iluminismo,

a contradição deve ser assumida conscientemente, como uma exigência normativa e não como uma imperfeição teórica. Efetuamos o transitio da Ilustração para o Iluminismo quando damos estatuto positivo à contradição e quando transformamos a normatividade implícita numa normatividade explícita: respeito simultâneo aos valores da abertura e da clausura, do indivíduo e do coletivo, do estético e do utilitário, do novo e da tradição. Nenhum pólo pode ser descartado em detrimento do outro.

A cidade deve viver com suas contradições e superá-las, fazendo uma ponte de equilíbrio, tendo como certo que a cidade faz-se de uma rede intrincada de relações, de expectativas, de homens que moram, trabalham, passeiam, precisam de descanso, de diversão, e que os gostos e costumes são vários, como cada homem, cada habitante da cidade. A cidade deve oferecer escolhas e alternativas, e deve trabalhar com os pólos, relativizando, sem, todavia entrar em um processo de polarização, ou seja, viver a sua ambivalência..

7. A Cidade na Modernidade

A cidade²⁶ moderna caracteriza-se pelo individualismo exacerbado, pela solidão do homem na rua, pela deteriorização dos espaços públicos e da coletividade, pela prática do consumismo, da precariedade das relações humanas, da rua como espaço de circulação de carros e mercadorias (apenas como escoadouro), da perda do sentimento de pertencer à cidade, ou seja, de sua desumanização. A cidade moderna é a cidade coisificada e também é a época em que se começa a fazer uma crítica ao modelo de urbanismo que vinha sendo implantado durante o modernismo.

Durante o Modernismo, segundo HARVEY²⁷, tivemos, por exemplo, a imposição da idéia de ordem racional. "*Pela ordem, promover a liberdade*", foi um dos *slogans* de LE CORBUSIER, que enfatizou que a liberdade e a libertação na metrópole contemporânea dependiam de maneira vital da imposição de uma ordem racional. Dentro desta lógica e do pensamento positivista que então predominava, as cidades e as casas eram planejadas como "*máquinas nas quais viver*".

A cidade moderna era concebida como a cidade racional, onde se tem como pano de fundo o planejamento racional do tecido e malha

urbana, onde enfocava ruas largas, como corredores onde circulam carros, em detrimento das calçadas, zoneamento da cidade, onde se separam bairros comerciais e residenciais, ou seja, a cidade é vista como um território com monumentos, praças, parques, casas e prédios, onde poder-se-ia planejar e traçar, sem a devida atenção ao conteúdo humano da mesma.

De acordo com Jean CHESNEBAUX²⁸, temos que,

a rua clássica era um lugar de socialização construído no tempo, definido pela pluralidade de suas funções de residência, de troca, de consumo, de relações humanas informais, de vida coletiva. Ela desaparece em proveito dos trevos para veículos pelos quais apenas se passa, e quase nunca a pé. Vias de acesso e desvios, estacionamentos subterrâneos ou galerias com lojas, túneis para pedestres ou espaços de lazer, o equipamento urbano visa apenas a acelerar a circulação, o movimento, a passagem.

A cidade se desarticula sob a pressão das prioridades de circulação, explode em zonas monofuncionais que são separadas umas das outras no espaço e no tempo, que têm apenas vida intermitente, e que estão quase mortas fora de suas "praias" de atividade funcional. Deve-se programar os deslocamentos para o centro comercial, a zona industrial, a região das escolas, o complexo hospitalar, o parque de jogos, o centro administrativo, em função da lógica particular a cada um deles. Pois cada um se inscreve num tempo limitador, como também num espaço limitador.

A cidade pós-moderna deve viver as contradições e crises da modernidade e, de certa forma, tentar superá-la, deve buscar a experiência passada, o que deu certo, o que foi erro, aprender a viver e aceitar a ambivalência. Da cidade iluminista pode adaptar o jogo entre as polaridades, entre abertura e clausura, o individual e o coletivo, o estético e o utilitário, o novo e o antigo. Da modernidade pode adaptar seus planos, sua racionalidade, com a devida moderação e no sopesamento dos diversos interesses em jogo dentro do espaço urbano.

Da pós-modernidade temos que a cidade deve voltar-se para as suas contradições, e dar valor as suas variações e estilos, pois uma cidade vive e sobrevive de sua diversidade, de suas oportunidades e de seus habitantes, que vão dando nova forma a cidade, esta como um tecido vivo e fervilhante, onde pululam idéias e matizes de diversos tons.

A cidade precisa de espaços de convivência e convergência, para os encontros, de ruas movimentadas de transeuntes e de bastantes janelas das casas e apartamentos para as ruas, na perspectiva destas janelas funcionarem "como olhos da rua", para a efetivação da segurança.

Precisam-se de bares, restaurantes, comércio variado, ruas movimentadas e burburinho, conversas e risos.

Enfim, o espaço público deve ser visto como o espaço do encontro e da convivência, e as pessoas, que são as donas da cidade, precisam, mais do que nunca, de se apoderarem de seu patrimônio, de suas ruas, de suas calçadas, fazendo o bom uso, dando-lhe a dinâmica do humano, revitalizando-a com a vida, vivendo e compartilhando a diversidade, o outro.

Nesse sentido, de acordo com BAUMAN²⁹, depois de analisar o curso e os resultados da guerra moderna contra a ambigüidade, Hans Jonas encontrou na ambivalência ainda não destruída a única força capaz de salvar a civilização tecnológica moderna de suas próprias conseqüências, planejadas ou não intencionais, no qual o erro básico da ontologia do “ainda não” e sua esperança escatológica é repudiado pela verdade plena – que não dá motivo nem a júbilo nem a depressão – de que o homem autêntico já este sempre lá e esteve lá durante toda a história conhecida nas suas alturas e profundezas, na sua grandeza e miséria, na sua glória e tormento, na sua justiça e na sua culpa – em suma, em toda a ambigüidade que é inseparável de sua humanidade. Querer abolir essa ambigüidade constitutiva é querer abolir o homem de sua insondável liberdade.

8. Considerações Finais

A modernidade como no dizer de BAUMAN é “uma obsessiva marcha adiante”, e como observou Walter BENJAMIN, “a tormenta impele os caminhantes de forma irresistível para o futuro ao qual dão as costas, enquanto a pilha de detritos diante deles cresce até aos céus, afirmando categoricamente que isso seria o progresso”, não erigiu a libertação, a emancipação e a maioria do homem no qual se acreditava na época do Iluminismo. A razão, a idéia de progresso e de ordem foi usada de forma perversa e de certa forma cínica, causando as mazelas e o mal-estar na modernidade: o individualismo fóbico, o estranhamento do outro, a cidade vazia, a máquina onde se vive, a desilusão, a descrença e o nihilismo do mundo.

A idéia de progresso, de ordem, do uso da razão foi utilizada através da engenharia social na exterminação e expurgo do outro, do estranho, do não adaptado, do ambivalente. A modernidade criou as suas contradições e de certa forma não soube reconhecê-las e aceitá-las. A

ambivalência faz parte da dualidade, a ambigüidade e o caos, como a ordem faz parte da vida e as polaridades não devem ser extremadas, deve-se buscar o consenso.

Da cidade moderna temos o indivíduo sozinho, isolado. Temos a rua onde trafegam carros, corredores para a indústria automobilística. Das construções temos os condomínios fechados e protegidos da violência da rua. A rua passou a ser qualquer coisa que não um espaço de socialização, convivência e aprendizado. O homem moderno tranca-se em casa e liga o aparelho de televisão conectado a inúmeros canais televisivos, ou acessa a internet e comunica-se de forma virtual. O privado ganha dimensão em detrimento do público.

A cidade moderna com o planejamento urbano racionalizador e instituidor de uma ordem artificial, com a segregação da cidade em zonas onde só pode isso ou aquilo aliava-se ao ideário da engenharia social e do Estado Jardineiro, na tentativa de exterminar e expurgar o ambivalente.

A cidade para viver e existir necessita da ambivalência, dos contrastes, dos bares, das praças, das calçadas largas, de sons, ruídos, dos transeuntes, de todos os tipos de pessoas, dos encontros, dos desencontros, das janelas que se abrem para as ruas, dos hospitais, das escolas, de tudo se intercambiando e intercomunicando, dando vida e preenchendo o espaço urbano de sentido. A ordem é necessária, mas a ordem que se comunica com a desordem, que não se curva à esterilidade, ao deserto, à planificação e ao solapamento da criatividade e genealidade humana. Mais do que nunca precisamos viver as contradições e a ambivalência, e, aprender com estas, sendo a cidade o palco ideal.

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Édipo e Excesso: reflexões sobre Lei e Política*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2002.

CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

FRIDMAN, Luis Carlos. *Vertigens Pós-Modernas: configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: Que é Esclarecimento? (05 de dezembro de 1783). In: KANT, Immanuel. *Textos Seletos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

LOWY, Michel. A Escola de Frankfurt e a Modernidade – Benjamin e Habermas. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº32, março de 1992.

PALERMO, Roberto. Uma Organização Itinerante: O Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. In: DEMASI, Domenico. *A Emoção e a Regra – Os grupos criativos na Europa de 1850 – 1950*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

ROUANET, Sérgio Paulo. A Cidade Humanista. Palestra proferida no dia 23 de agosto de 1994 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema “A Cidade como Espaço de Inclusão e Exclusão Social”.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-Estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNETT, Richard. A Nova Sociedade Urbana. In: *Le Monde Diplomatique*, Edição Brasileira, ano 02, número 13, fevereiro de 2001, acesso em 20 de maio de 2002, www.diplo.com.br

SOARES, Jorge Coelho. Tolerância e Modernidade – A Perspectiva de Marcuse Revisitada. In: *Revista da Faculdade de Direito*, V. 01, nº03, 1995. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 1995.

NOTAS::

¹ Música de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, In: CD Minas, Milton Nascimento, 1975.

² SENNETT, Richard. A Nova Sociedade Urbana. In: *Le Monde Diplomatique*, Edição Brasileira, ano 02, número 13, fevereiro de 2001, acesso em 20 de maio de 2002, www.diplo.com.br

³ SENNETT, Richard. op. cit.

⁴ SENNETT, Richard. op. cit.

⁵ GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da*

Modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991. Pág. 11.

⁶ FRIDMAN, Luis Carlos. *Vertigens Pós-Modernas: configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. Pág. 09 e 10.

⁷ LOWY, Michel. A Escola de Frankfurt e a Modernidade – Benjamin e Habermas. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº32, março de 1992. Pág. 119.

⁸ O Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt foi fundado no contexto cultural que caracterizou os difíceis anos da República de Weimar, sendo inaugurado oficialmente em 03 de fevereiro de 1923. Entre seus membros podemos citar Adorno, Horkheimer, Marcuse, Habermas, entre outros, sendo as características organizativas presentes no Instituto à independência econômica, o intercâmbio com outros estudos e instituições, a rigorosa autoridade formal do seu regulamento interno e o seu caráter interdisciplinar. Como base ideológica, podemos citar o programa de Horkheimer, em janeiro de 1931, quando se tornou membro diretor do Instituto e que destacava a importância do entrosamento entre a filosofia e as ciências humanas: No dizer de Horkheimer “a carência da filosofia social a que nos referimos não pode, portanto, ser remediada com a profissão de fé em uma interpretação mais ou menos construtiva da vida cultural, nem com a determinação de um novo significado de sociedade, do Estado, do direito, etc. Na minha opinião – que certamente é compartilhada com outros –, trata-se de organizar, baseadas nos problemas filosóficos atuais, pesquisas das quais participem filósofos, sociólogos, economistas, historiadores, psicólogos, pesquisas onde todos esses estudiosos façam em comum, o que em outros campos um indivíduo pode fazer sozinho em um laboratório, e que todos os verdadeiros pesquisadores sempre fizeram: procurem resolver seus problemas – problemas filosóficos, problemas fundamentais – com a ajuda dos métodos científicos mais sofisticados, transformem esses mesmos problemas no decorrer do trabalho conduzido concretamente sobre o objeto de estudo, o definam, inventem novos métodos e, todavia, jamais percam de vista o universal... Na doutrina da sociedade este método não pode ser praticado por um só indivíduo: seja porque o material é abundante demais, seja por causa da variedade das ciências subsidiárias indispensáveis”. (apud PALERMO, Roberto. *Uma Organização Itinerante: O Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt*. In: DEMASI, Domenico. *A Emoção e a Regra – Os grupos criativos na Europa de 1850 – 1950*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997. Pág. 272-273).

⁹ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. Pág. 23.

¹⁰ ROUANET, Sérgio Paulo. op. cit. Pág. 09.

¹¹ HARVEY, David. Op. cit. Pág. 23.

¹² HARVEY, David. Op. cit. Pág. 25.

¹³ GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. Pág. 51 e 52.

¹⁴ GIDDENS, Anthony. Op. Cit. Pág. 57 e 58.

¹⁵ Segundo Gisálio Cerqueira FILHO, pode-se assinalar, em grandes rasgos, alguns valores considerados "pós-modernos" em relação àqueles tidos como modernos e que implicam em novos paradigmas de pensamento e ação: 1. O desenvolvimento de teorias críticas àquelas do progresso, da evolução (evolucionismo) e do desenvolvimento (etapismo). 2. O indício significativo de substituição do "processo" pelo instante como instância de compreensão da realidade; a imposição do presente (descontínuo) ao passado (contínuo), sem nenhuma garantia que as coisas avancem para o bem de todos. 3. O fato da descrença e desconfiança cética no porvir (ceticismo) substituir a idéia otimista acerca do futuro, própria da Ilustração e do iluminismo (séculos XVIII e seguintes). 4. O desenvolvimento de um certo descrédito com relação aos princípios de integração, generalização e totalidade; inclusive no que concerne às teorias utópicas totalizadoras e sistemas de crenças omnicompreensivos. 5. Como corolário da premissa anterior, o desenvolvimento da crítica à idéia de qualquer centro absoluto e a exaltação do policentrismo cultural e da "diferença". Frente à antiga universalidade da "razão ilustrada" opõem-se as distintas identidades regionais ou locais com forte pretensão autonomista. 6. No campo político-ideológico desdobra-se compassadamente a entrada e o avanço hegemônico da corrente liberal de pensamento, às vezes, a nível do enunciado manifesto. 7. No campo científico, prosperam as teorias de indeterminação, acaso e estruturas dissipativas contra qualquer verdade absoluta ou teorias deterministas, radicalizando-se o "princípio da incerteza" de Heisenberg, já presente na modernidade. 8. No campo estético, permutam-se valores considerados até então de menor grau com outros sempre muito considerados. Temos a valorização do design, da arte virtual ou digital, de uma estética capaz de abrigar performances antes de tudo flexíveis, relativas e acidentais - cf. CERQUEIRA, FILHO, Gisálio. **Édipo e Excesso: reflexões sobre Lei e Política**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2002. Pág. 15 e 16.

¹⁶ ROUANET, Sérgio Paulo. Op. Cit. Pág. 98-99.

¹⁷ SOARES, Jorge Coelho. Tolerância e Modernidade - A perspectiva de Marcuse revisitada. In: **Revista da Faculdade de Direito**. V. 01, nº03, 1995. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, 1995. Pág. 339.

¹⁸ SOARES, Jorge Coelho. Op. cit. Pág. 339.

¹⁹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. Pág. 33.

²⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. Pág. 36..

²¹ Dentro da perspectiva do Iluminista, "esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento"- KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: Que é Esclarecimento? (05 de dezembro de 1783). In: KANT, Immanuel. **Textos Seletos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. Pág.101.

²² ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-Estar na Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Pág. 33.

²³ ROUANET, Sérgio Paulo. A Cidade Iluminista. In: **A Cidade como Espaço de Inclusão e Exclusão Social**. Palestra proferida no dia 23 de agosto de 1994 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

²⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. op. cit.

²⁵ ROUANET, Sérgio Paulo. op. cit.

²⁶ Segundo Octavio IANNI, "embora traços e fragmentos da modernidade se encontrem por toda a parte na sociedade moderna - o que pode significar que nos lugares mais óbvios os seus segredos permanecem indecifrados -, há não obstante dois lugares nos quais sobressaem acima dos outros: na metrópole e nas relações sociais capitalistas, sendo que a cidade é o espaço social em que se localizam as experiências da modernidade" - IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Pág. 125 e 126.

²⁷ HARVEY, David. Op. cit. Pág.39.

²⁸ CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-Mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995..

²⁹BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. Pág. 61.